

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

ABERTURA COMERCIAL E IMPACTO NA ESTABILIZAÇÃO  
ECONÔMICA BRASILEIRA

Bárbara Araujo de Castro Oliveira  
No. de matrícula 95200132

Orientador: Luis Roberto Cunha

Dezembro de 2001

## ÍNDICE

<b>I . INTRODUÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>II. A DÉCADA PERDIDA DOS ANOS 80 .....</b>	<b>9</b>
1.Evolução da Economia .....	9
2.Início da Liberalização Comercial .....	13
<b>III. ABERTURA COMERCIAL .....</b>	<b>15</b>
<b>IV. ATIVIDADE INDUSTRIAL .....</b>	<b>19</b>
1.Análise sobre Choque de Oferta .....	19
2.Competitividade internacional e Política Industrial .....	20
3. Política Industrial e Livre Comércio .....	21
4.Internacionalização da Indústria Brasileira .....	23
5.Impactos observados nos primeiros anos de abertura .....	27
6.Indústria após Abertura Comercial e Política Industria .....	28
7.Impacto sobre o setor Manufatureiro .....	30
<b>V. ABERTURA COMERCIAL NO PLANO REAL.....</b>	<b>34</b>
1. O Plano Real .....	34
2.Desindexação .....	35
3.Política Cambial .....	36
4.Câmbio Real e Balanço de Pagamentos .....	38
5.Política de Importação .....	41
<b>VI. IMPACTO DA ABERTURA SOBRE OS PREÇOS ....</b>	<b>43</b>
1.Motivos para o impacto positivo da abertura sobre os preços .....	43
2. Impacto sobre o nível de preços dos setores tradables e non- tradables .....	44
3. Análise Setorial .....	48
<b>VII. CONCLUSÃO .....</b>	<b>54</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>57</b>

## 1) INTRODUÇÃO

Antes da abertura comercial, iniciada no Governo Collor, o Brasil era um país com um protecionismo muito grande tanto no setor comercial como no setor financeiro, com o fluxo de capitais internacionais estagnados. A nossa economia não tinha uma estrutura de mercado dinâmica, existiam grandes empresas com monopólio, altas taxas de lucro, pois não existia a concorrência internacional. Como consequência desse quadro, nossa produção e tecnologia eram muito precárias em relação ao mercado internacional. Para população então, sobravam produtos com preços mais elevados e qualidade inferior.

O quadro econômico brasileiro no final da década de oitenta era de inflação alta e grande protecionismo, a importação era composta basicamente de produtos complementares.

No governo Collor reiniciou-se a abertura econômica, que tinha como objetivo uma política comercial liberal, através da diminuição das tarifas de importação. Com a liberalização da economia, iniciou a competição internacional e devido a isso os preços tiveram que ser ajustados para que as indústrias não perdessem mercado interno, fazendo com que os preços médios das indústrias caíssem. O país estava perto de uma total abertura comercial e de um cenário para a estabilização econômica e de preços. Podemos resumir o

objetivo das reformas econômicas ,que se iniciaram nesse período, como tornar a economia brasileira mais competitiva e eficiente.

Em 1994, foi implementado o Plano Real, um plano de estabilização que se utilizava da taxa de câmbio como âncora para os preços domésticos. Com a apreciação cambial os produtos estrangeiros ficavam mais baratos forçando as nossas indústrias a reduzir seus custos e preços ( essa apreciação cambial na época gerou muito pessimismo , não se sabia qual a consequência disso para nossa indústria, mas isso não fará parte do estudo).

Essas políticas, comercial e cambial, que acabaram por surtir efeito nos preços geraram resultados para nossos setores de tradables, os quais contém bens de comercialização internacional, e que sofreram mais diretamente o impacto de alterações no regime cambial, e setores non tradables , que será estudado aqui.

O MERCOSUL - uma área de livre comércio com Argentina , Uruguai e Paraguai - foi fundamental , também para o processo de abertura econômica, pois o fluxo de mercadorias mais que dobrou . A formação desse bloco pode afetar os termos de troca dos países envolvidos, podendo gerar melhorias e aumento do bem-estar econômico , isso seria igualmente alcançado com a redução das restrições não tarifárias.

"O aumento do comércio ocorreria caso o preço das importações de outro membro do bloco fosse inferior ao preço doméstico, significando um aumento de bem-estar "<sup>1</sup>.

Nesta monografia será analisado o período do Plano Real sob ponto de vista da política econômica e da abertura comercial.

Examinar qual foi a grande contribuição da abertura econômica no processo de estabilização de preços; procurar examinar porque foi importantíssimo para o Brasil, na sua tentativa de crescimento e desenvolvimento econômico, no início da década de 90,

---

<sup>1</sup> Azevedo , André, TD11/99(FGV), pág. 25.

abrir sua economia e participar do comércio internacional; examinar como se deu a estabilização de preços , depois de décadas de altas taxas de inflação, chegando até hiperinflação, motiva a mim , estudante de Economia, na conclusão de minha graduação a relacionar o que eu aprendi e os fatos que aconteceram no Brasil.

O objetivo desse trabalho será mostrar a contribuição que a abertura econômica trouxe para a economia brasileira, como também mostrar como o processo de estabilização econômica seria muito mais lento ou quase nula, nos dias de hoje, se a abertura não fosse feita. O processo de estabilização não seria sustentado a longo prazo, sem a abertura comercial.

Pretende-se mostrar também como e por qual razão a abertura comercial que pode ser classificada como um choque de oferta , afetou os preços da economia e reestruturou as empresas nacionais fazendo com que os preços fossem reduzidos.

A monografia é dividida em seis capítulos incluindo a introdução , no final será feita uma conclusão do trabalho e dos pontos aqui analisados.

No Capítulo 2 é feito um relato histórico do período da década de oitenta, mostrando o quadro econômico, a instabilidade política e social da época que antecedeu a abertura econômica e o início da liberalização. No Capítulo 3 será analisado o processo da abertura , como se deu essa abertura, a reforma tarifária de 1990 , uma comparação do caso brasileiro com outros países. No Capítulo 4 será analisada a indústria logo após a liberalização comercial. Em seguida, no Capítulo 5, pretende-se relatar o Plano Real, seus fundamentos e mudanças promovidas, no âmbito do controle da inflação, dos investimentos, crescimento. Ao longo do Capítulo 5, se fará a ligação entre a abertura e o processo de estabilização( o impacto sobre as empresas, sobre balança comercial, o aumento do déficit, o impacto sobre importações) e o processo de estabilização dos preços.

No Capítulo 6 , iremos demonstrar com mais detalhe impacto da abertura sobre os preços, far-se-á um breve análise setorial e o impacto sobre os preços dos setores tradables e non tradables.

Esta monografia acaba com a conclusão.

## **2) A DÉCADA PERDIDA DOS ANOS 80<sup>2</sup>**

### **2.1) Evolução da Economia**

Quando estudamos a década de 80 é de extrema importância saber que esse período foi dominado por um grande endividamento externo e suas consequências. Podemos ter como consequência: a aceleração inflacionária e a recessão industrial que aconteceu entre 1981 - 1983, a estagnação pós 1986, e a real ameaça de um processo hiper- inflacionário no final da década. Devemos então ao examinar a falta de desenvolvimento dessa época ter isso em mente.

Outro ponto importante foram as sucessivas crises do petróleo, o Brasil era um dependente em potencial. Com as crises, o cenário internacional se deteriorou elevando as taxas de juros internacionais o que fez com que nossa dívida interna se elevasse.

As reservas brutas brasileiras caíram de US\$11,9 bilhões no final de 1978 para US\$ 6,9 bilhões ao final de 1980.

A política econômica , em 1980, foi feita para provocar uma redução do nível de atividade para reverter os saldos negativos da balança comercial , gerando assim excedentes exportáveis líquidos. Como consequência , veio a recessão industrial para responder à crise da dívida externa.

A taxa de inflação que em 1979 chegou a 77%, com a desvalorização cambial de 30% em dezembro, a taxa de inflação foi chegar em 1980 a 110%.

### *1981 - 1984 Crise e FMI*

As medidas tomadas nessa época visaram a contração da absorção interna e estimular as exportações. O resultado obtido foi uma recessão industrial que causou uma diminuição do PIB, que permaneceu assim até 1983. Em 1984, as exportações aumentaram o que influenciou na retomada da atividade econômica.

Já o balanço de pagamentos melhorou em 1981, passou de um déficit de US\$ 2,8 bi para um superávit de US\$1,2 bi. O saldo em conta corrente, no entanto, não melhorou por causa do aumento dos juros internacionais. As reservas se recuperaram devido a um aumento nos investimentos diretos, bem como o ingresso bruto de empréstimos e financiamentos. A dívida externa aumentou nesse mesmo período.

Para 1982 as projeções eram otimistas, o objetivo eram uma redução do déficit em conta corrente e equilibrar o balanço de pagamentos, com o nível de reservas inalterado. Só que o quadro externo, recessivo, diminuiu as exportações e juntamente com um juros internacionais altos fez com que o déficit em conta corrente aumentasse.

Entre 1981 e 1982, iniciaram extra oficialmente as conversações com FMI, juntamente com adoções de medidas indicadas pelo FMI no final de 1982, o país recorreu oficialmente ao Fundo para renegociar suas dívidas.

As medidas impostas do acordo com o FMI levaram a uma nova queda da produção industrial, sendo o terceiro ano com crescimento negativo. Deu-se ao mesmo tempo uma desvalorização do cruzeiro, o fim de subsídios a alguns produtos: alimentos e energia, aumento de tarifas públicas o que elevaram a taxa de inflação a um patamar altíssimo se mantendo nos dois anos seguintes.

Os resultados da balança de pagamentos em 84-85, porém mostraram a parte bem sucedida do ajuste: a balança comercial acumulou saldo suficiente para pagar os juros da

---

<sup>2</sup> O propósito deste capítulo é mostrar a situação da economia brasileira antes da década de 90, não será

dívida, sem recorrer de novo aos bancos; impulsionado pela demanda externa em 1984 e pela interna em 1985 o nível de atividade aumentou.

#### *1985-1986 Transição Democrática e a Inflação*

Esses anos foram caracterizados pelo rápido crescimento do produto agregado e também por uma aceleração inflacionária depois do primeiro semestre de 86. Os investimentos permaneceram contraídos e a causa de uma recuperação foi a capacidade ociosa que existia devido a época de 1981-1983 ( a recuperação teve como base o consumo, já que as exportações caíam , devido a sobrevalorização cambial).

Em 1986, foi feito um programa de estabilização com indexação visando baixar o nível de inflação perto do zero- Plano Cruzado. A inflação foi mantida, graças a um congelamento de preços, baixa por oito meses, quando o congelamento não funcionou mais, retornou ao nível de dois dígitos.

A economia , no final de 1986, estava superaquecida, devido ao resultado de uma política de rendas adotada( plano Cruzado) que estimulou a demanda mas não a capacidade de produção, reduzindo o superávit comercial, e causando déficit na balança comercial.

Tanto o plano Cruzado quanto o plano Bresser foram planos heterodoxos de estabilização que eram baseados no diagnóstico da inflação inercial, aumentando devido a indexação. Faltou ao plano Bresser austeridade monetária e fiscal.

#### *1987-1989 Fracasso da tentativa de estabilização, rumo a hiperinflação*

Essa época é caracterizada por desajustes domésticos e com uma hiperinflação reprimida.

Com o fracasso do plano Cruzado, o salário real se comprimiu fazendo com as vendas de bens de consumo caíssem. Iniciou-se então fases de curtos crescimentos industriais que não tinham sustentação nenhuma.

Em fevereiro de 1987 o governo declarou moratória da dívida externa aos bancos privados internacionais. Os prazos de indexação estavam curtos, a política salarial que reajustava os salários automaticamente sempre que a inflação mensal era acumulada chegasse a 20%, resultava em taxas mensais de inflação que crescia muito rápido.

O plano Bresser não foi eficaz , devido ao descrédito em relação as medidas de intervenção nos sistemas de preços e principalmente as tentativas de recuperação do nível de renda real atingido com as altas indexações. Foram , então, remarcados preços de bens, serviços , tarifas do setor público e em adição foi demandado pelos trabalhadores incorporação da inflação de 1987 nos dissídios salariais, o que aumentava inflação.

No final de 1987 , a taxa mensal da inflação chegou a 14% o que dentre outros motivos provocou a saída do Ministro Bresser.

O biênio 1988-1989 foi caracterizado pela constante ameaça de hiperinflação. A taxa de crescimento do PIB foi nula em 1988 e em 1989 foi de 3,3%, chegando a ter em 1990 uma variação negativa do PIB, por causa da política de estabilização e sua consequência sobre a atividade industrial.

Em 1988, foi adotada a política do "feijão com arroz", um retorno parcial a ortodoxia que incluía a suspensão da moratória externa, congelamento dos salários dos funcionários públicos- por dois meses- , limite do crédito para governos municipais e estaduais, corte nos gastos do orçamento federal, entre outros itens. Ocorreu uma diminuição de déficit operacional, a inflação permaneceu fixa no primeiro semestre , aumentando no restante do ano.

Um novo plano antiinflacionário foi lançado- Plano Verão- devido as crescentes taxas mensais de inflação. O plano tinha como medidas um congelamento de preços, salários, câmbio e aluguel e a desindexação da economia. Foi um plano sem credibilidade, enfrentando forte oposição.

Mesmo com taxas de juros extremamente elevadas a inflação subiu de 3,6% em fevereiro para 53,5% em dezembro, acumulando ao longo do ano a taxa de 1,764%. Encerrando, assim, uma década que foi marcada pela estagnação e alta inflação.

Chega-se a conclusão que o ajuste das contas externas na primeira metade de 1980, não criou condições para retomar um crescimento sustentado. Esse ajuste trouxe um desequilíbrio interno , com um alto processo inflacionário e redução da capacidade de gerar crescimento no futuro. Outro fator que contribuiu também para o crescimento foi a falta de solução para o desequilíbrio interno, prolongando ajustes recessivos.

Os investimentos foram prejudicados pela falta de poupança para seu financiamento. A poupança externa desapareceu por volta de 1984, diminuindo também a poupança nacional, como consequência também da diminuição da carga tributária líquida do governo.

## **2.2) Início da Liberalização Comercial**

De acordo com Regis Bonelli, em Ensaio sobre política Econômica e industrialização no Brasil, as primeiras medidas de liberalização comercial foram tomadas no final da década de 80. No meio do ano de 1988, foi implementada uma reforma tarifária, na tentativa de aproximar as tarifas legais das efetivas, juntamente com a eliminação de alguns regimes especiais . O objetivo da reforma era reduzir a redundância da estrutura tarifária, deixando-a mais transparente, o que não acontecia porque as tarifas legais não coincidiam com as efetivas .

A tarifa nominal foi reduzida para 85%. Entretanto, apesar de uma nova redução de tarifas em agosto de 89, a soma do percentual de incidência destas mais das sobretaxas chegava à média de 51% - tarifa efetiva- para produtos manufaturados. Para algumas indústrias , como bebidas, fumo e têxtil, chegava até 75% - tarifa efetiva-. Outros produtos como agricultura, manufatura, bens de consumo, bens intermediários e bens de capital tinham também barreiras não tarifárias - quotas, barreiras fito- sanitárias - e a porcentagem deles no total de posições da Tarifa Aduaneira Brasileira eram , respectivamente: 14%, 21,8%, 37% 12,1%, 18,8%.

Além dessa lista de produtos com importação suspensa, mantiveram-se outros produtos com importação dependente de autorização especial prévia. Nesse caso se encontravam os produtos da área de informática ou equipados com microeletrônica e commodities agrícolas com produção doméstica.

Outro instrumento de controle de importação que continuou foi a exclusão de bens de capital importados da concessão de créditos oficiais ao investimento. A legislação também estabelecia que benefícios fiscais( isenções ou reduções tarifárias) somente poderiam ser concedidos para produtos importados que não fossem objeto de produção doméstica.

As empresas que se dispusessem a importar eram obrigadas a apresentar todo o ano um programa de importação a ser negociado e submetido ao crivo da antiga CACEX.

Revido as medidas adotadas em 1988 e 1989, que se referia à política comercial, Gesner Oliveira<sup>3</sup> considerou que mais do que uma liberalização comercial propriamente dita, configuraram uma racionalização tarifária. Não se deve, no entanto, perder de vista sua importância como primeiro movimento rumo à abertura comercial que se implementaria com o governo Collor em 1990.

### 3) ABERTURA COMERCIAL

Os principais argumentos em favor da liberalização econômica de um país , de forma resumida são: especialização da produção nos setores nos quais o país possui vantagem comparativa, podendo assim elevar a renda da população; a quantidade de produtos oferecidos pelo comércio internacional é dificilmente atingida por um país isoladamente; em mercados protegidos faltam incentivos às firmas para que cortem os custos e elevem a produtividade; o direcionamento da produção das firmas gera ganhos de escala proporcionando um menor custo unitário.

As transformações do processo de abertura da economia brasileira foram executadas em duas partes. A primeira entre, 1988 e 1989, já vista. A Segunda fase teve início em Março de 1990 e fazia parte do Governo Collor onde sua meta era estabilizar a economia. Para isso, os esforços foram concentrados em aumentar a produtividade do setor industrial, diminuir a margem de lucro do setor através da competição externa, e também da redução das tarifas para modernizar o setor. Juntamente com isso, procurava conter os altos preços de alguns produtos com a concorrência dos importados.

---

<sup>3</sup> OLIVEIRA, Gesner; "Condicionantes e Diretrizes de Política para a Abertura Comercial Brasileira"; Texto para Discussão, IPEA, n. 313, set/1993,p13-14

Reduziu-se em 80% o imposto de importação aplicável sobre equipamento de transmissão e distribuição de energia elétrica, produção e prospecção de petróleo, transmissão de rádio, televisão e transporte metroviário.

Foram extintos vários regimes especiais de importação, acabou-se com as barreiras não tarifárias, reduziu-se as alíquotas relativas às atividades têxtil, agrícola, insumos químicos e bens de capital sem produção nacional.

O câmbio ficou instituído como flutuante, com a cotação da moeda estrangeira passando a flutuar de acordo com as operações entre agentes autorizados a operar no mercado de divisas, sob controle do Banco Central.

Em junho de 90, novas medidas foram anunciadas. A aplicabilidade da legislação que vedava a concessão de isenções ou reduções tarifárias a produto importados com similares produzidos no Brasil foi reduzida. Reduziu-se também o índice mínimo de nacionalização exigido para obtenção do crédito dentro do programa Finame do BNDES.

Foi também , tornado público um cronograma de redução gradual de tarifas, além da redução na dispersão tarifária

#### ESTRUTURA TARIFÁRIA 1991-1994

	1991	1992	1993	1994
MÉDIA	25,3	21,2	17,1	14,2
MODA	20,0	20,0	20,0	20,0
DESVIO PADRÃO	17,4	14,2	10,7	7,9

FONTE: Fritsch & Franco, 1992, p. 50

A estrutura tarifária foi projetada para apresentar uma configuração final do seguinte modo:<sup>4</sup>

alíquota de 0% - produtos com vantagem comparativa, commodities de pequeno valor agregado, produtos com proteção natural e produtos sem produção doméstica.

alíquota de 5%- produtos que já estavam nesse nível tarifário em 90.

alíquota de 10-15% - produtos que ao longo da cadeia produtiva , utilizem insumo com alíquota de 0%.

alíquota de 20% - manufaturados em geral.

alíquotas de 30% - produtos de química fina , produtos eletrônicos de consumo com baixa competitividade face aos países asiáticos, trigo descascado , biscoito, massas alimentícias.

alíquota de 35% - automóveis, caminhões, motos.

alíquotas de 40% - produtos de informática.

Em fevereiro de 1992, foram adotadas medidas de estímulo às exportações e diminuiu-se o cronograma de redução tarifária, tarifas programadas para 1993 e 1994 foram implementadas em 1992 e 1993.

O quadro abaixo mostra as tarifas médias previstas e as efetivamente vigentes ao longo do período estabelecido pelo cronograma. Conclui-se que em 1993 e 1994, a queda das tarifas foi mais acentuada e rápida do que o projetado.

#### TARIFAS DE IMPORTAÇÃO

	1991	1992	1993	1994	1995
PREVISTAS	32,2	25,3	21,2	17,1	14,2
VIGENTES	32,2	25,3	14,2	11,2	13,9

Fonte: IEI/UFRJ, Boletim de Conjuntura , v.16, n. 1, 04/96.

Segundo Kume(1998), a abertura comercial foi intensificada no início do plano Real, devido a três fatores: redução da tarifa para impor maior disciplina aos preços dos

<sup>4</sup> OLIVEIRA, Gesner.

bens tradables; valorização do real frente ao dólar; e quedas nas alíquotas do imposto de importação decorrentes da implementação do TEC do Mercosul .

## 4) ATIVIDADE INDUSTRIAL

### 4.1) Análise sobre Choques de Ofertas<sup>5</sup>

Muitos economistas acreditavam que variações no preço e no produto eram causadas por movimentos da curva de demanda agregada, por mudança na política fiscal e monetária ou mudanças na demanda por investimento. Em 1970, os choques de oferta (ou de preços) passaram a ter importância para determinar o nível de preços.

"Um choque de oferta é um distúrbio da economia cujo primeiro impacto é deslocar a curva de oferta agregada."<sup>6</sup> Um exemplo de choque de oferta, em economias agrícolas, são as condições climáticas e as pragas agrícolas que reduzem as colheitas e, então, aumentam os preços e reduzem a produção, deslocando a curva de oferta agregada. Um choque negativo desloca a função de produção que menos produto pode ser produzido com a mesma quantidade de trabalho e capital. Soma-se a isso a diminuição da inclinação da função de produção, o que faz com que os ganhos de adicionar mais um trabalhador - a produtividade marginal do trabalhador - caiam para cada nível de emprego. Conclui-se então que o choque de oferta é estagflacionário, visto que diminui a produção e aumenta os preços, causando variações nos preços relativos.

Uma economia se encontra em equilíbrio se a quantidade ofertada e a demandada são iguais, simultaneamente, no mercado de moeda, bens e de trabalho.

---

<sup>5</sup> Esse item foi baseado no livro de Abel, Andrew & Bernanke, Ben "Macroeconomics" 1995.

<sup>6</sup> Dornbusch & Fisher, Macroeconomia, quinta edição.

Um choque de oferta negativo reduz a produtividade marginal do trabalho e portanto reduz a demanda por trabalho. (a oferta de trabalho não muda). O resultado disso é uma diminuição do salário real e do nível de emprego de equilíbrio, com isso o nível de produto de pleno emprego diminui. O choque não afeta investimento, poupança, demanda por moeda e oferta de moeda. Para atender a uma maior demanda, as firmas terão que produzir mais do que elas desejam, logo elas irão aumentar os preços.

O Choque de oferta pode ter seus efeitos sobre a economia da seguinte maneira , resumidos:

- diminui o salário real e o nível de emprego de equilíbrio;
- diminui o nível de produto e aumenta a taxa de juros;
- aumenta o nível de preços;
- diminui o investimento e o consumo( uma vez que a taxa de juros e o nível de produto subiram);

Com a abertura econômica, a economia passa por um choque de oferta positivo, pois a tendência é aumentar a oferta de produto dentro do país, logo os efeitos são inversos aos demonstrados anteriormente, o que pode contribuir para um maior investimento, diminuir o nível dos preços e aumentar a capacidade produtiva do país, assim como o setor industrial.

#### **4.2) Competitividade internacional e política industrial**

<sup>7</sup>É possível através de teorias especificar conceitos preciosos e operacionais para a noção de competitividade internacional. Esses conceitos possuem dois atributos: evitam que a noção de competitividade seja confundida com alguns de seus efeitos eventuais

como lucratividade e desempenho exportador e evitam que sejam confundida com eventos que resultem só da ação do governo, por meio de política cambial, subsídios, controle de preços, legislação trabalhista, barreiras comerciais, etc.; por outro lado permitem que a competitividade internacional de uma economia seja aferida em diferentes níveis de agregação.

Uma economia é competitiva na produção de uma determinada mercadoria quando consegue pelo menos igualar os padrões de eficiência vigentes no resto do mundo quanto a utilização de recursos e a qualidade do bem. Essa capacidade é transitória, posto que resulta de fatores mutáveis que operam no âmbito da firma, do setor industrial e da economia.

Nem sempre é possível estimar os níveis de competitividade através de indicadores simples, como produtividade, comparações de preços locais e internacionais, ou indiretos, como rentabilidade e exportações.

Para que uma economia seja competitiva na produção de um bem é necessário que este pertença a uma indústria cuja configuração seja sustentável. Caso contrário a competitividade será espúria, posto que não resultará de eficiência técnica, mas de fatores artificiais, como subsídios governamentais, barreiras comerciais, destruição ambiental ou anomalias nos mercados dos fatores de produção. Quando as configurações industriais não são sustentáveis existe desperdício na alocação de recursos.

#### **4.3) Política industrial e livre comércio**

Existe uma crença que vigora nos últimos anos de que não existe espaço para política industrial no contexto de uma economia global, já que as formas clássicas de protecionismo, com tarifas, quotas e outros expedientes de comércio administrado estão

---

<sup>7</sup> Bausmann, R., O Brasil e a Economia Global(1996).

em via de extinção. No entanto, os governos nacionais têm duas prioridades permanentes de política industrial: a busca de configurações sustentáveis para o maior número possível de segmentos produtivos, e a manutenção de fontes endógenas de progresso técnico na economia. Essa política tem base no longo prazo porque estruturas industriais eficientes só se realizam todo o seu potencial em um ambiente macroeconômico de crescimento com pleno emprego e estabilidade de preços; a credibilidade de certos instrumentos como os que visam coibir práticas desleais de comércio e o abuso do poder econômico, é uma função direta do tempo em que estiverem vigorando de forma transparente e em harmonia com as demais condutas do governo; o ingrediente básico da política de ciência e tecnologia é a atualização permanente do sistema educacional.

Quando uma indústria é sustentável, nenhum competidor potencial consegue entrar no mercado e auferir lucros. As firmas ali estabelecidas dispensam qualquer apoio do governo para enfrentar a concorrência de importações ou de investimentos estrangeiros. Além de mais eficaz, essa proteção conferida pelo formato estrutural da indústria tem outra vantagem sobre a proteção advinda de medidas governamentais: não consomem recursos públicos nem onera outros segmentos da sociedade.

As configurações sustentáveis são os vínculos da política industrial com as demais ações do governo necessitam ser periodicamente reavaliados, principalmente os relativos à política macroeconômica e às normas jurídicas que preservem a ética e a transparência dos mercados.

O equilíbrio da taxa de câmbio é o ponto inicial para análise dos parâmetros de sustentabilidade. A taxa de câmbio cumpre simultaneamente três funções na economia: define o poder de compra da moeda doméstica no mercado internacional e, conseqüentemente, o nível médio de afluência da população nacional em relação ao resto do mundo; afeta a competitividade internacional da indústria local e influi no

comportamento dos preços e na atratividade dos ativos financeiros doméstico. Uma taxa de câmbio apreciada pode elevar artificialmente o padrão de vida do país, ao mesmo tempo, desestimular as exportações e, eventualmente, ajuda a combater a inflação doméstica através do barateamento das importações. Esta tipo de estratégia pode terminar com uma crise no balanço de pagamentos do país. Uma taxa depreciada pode gerar superávits comerciais por longo período, mas através da transferência indevida de recursos ao resto do mundo e do empobrecimento desnecessário da população nacional.

Logo a busca do equilíbrio estável é o único objetivo factível a longo prazo. Ocorre que, também, a estabilidade dos preços domésticos é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a estabilidade da taxa de câmbio.

Outro componente importante na busca de configurações sustentáveis é a política fiscal. Numa economia aberta, a manutenção de um nível adequado e não inflacionário de investimentos públicos exige um sistema tributário que seja capaz de garantir recursos ao progresso técnico, investir em educação, seguridade social, não onerar a competitividade da indústria local, evitando tributos incidentes nas transações domésticas.

#### **4.4) Internacionalização da Indústria Brasileira**

A indústria brasileira apresenta graus de integração com o resto do mundo, que em muitos aspectos se aproximam dos padrões internacionais. Nesta seção, serão examinados a abertura externa brasileira, através de seus coeficientes de exportação e importação e a globalização produtiva, por meio dos coeficientes de comércio intra-industrial, pela presença de capitais estrangeiros e pela existência de outros canais de acesso aos fluxos de informações gerenciais e tecnológicas.

### *Coefficiente de exportação e importação*

Na primeira metade da década de 90, a abertura econômica levou a rápido crescimento no coeficiente importado e simultaneamente prosseguiu o aumento do coeficiente exportado

A tabela 1 mostra o que ocorreu com os coeficientes de exportação e importação. A divisão dos três grupos foi feita da seguinte forma: insumos básicos- siderurgia, celulose, química e petroquímica e tipicamente intensiva em recursos naturais e em capital; a tradicional - produtora de bens não duráveis de consumo , como alimentos, têxtil e calçados e geralmente intensiva em mão de obra ; e a terceira que produz bens de capital e de consumo durável, geralmente intensiva em capital e tecnologia.

Pode-se observar que ao longo de 14 anos a indústria brasileira se moveu na direção de maior inserção internacional, primeiro pelas exportações depois pelas importações. Também nota-se que o coeficiente exportado total de cada um dos três grupos é semelhante, o coeficiente exportado aumentou de considerável, entre 1980 e 1994, a indústria brasileira prosseguiu ampliando sua presença no exterior.

**Coefficientes de Exportação e Importação da Indústria Manufatureira**  
**Tabela 1**

	1980	1989	1993	1994
<i>Coefficiente de exportação</i>	%	%	%	%
Tradicionalis	10,5	14,2	17,2	18,3
Insumos básicos	5,3	22,9	24,8	22,1
Metalmecânicos eletrônicos	8,3	18,1	19,4	19,2
Total	8,5	17,7	19,8	19,6
<i>Coefficiente de Importação</i>				
Tradicionalis	1,9	4,2	7,2	8,3
Insumos básicos	12,3	10,9	15,1	13,5
Metalmecânicos eletrônicos	13,2	16,1	23,5	31,9
Total	7,7	9,2	14,1	16,9

Fontes: (IBGE, DECEX) Bausman, Renato. "O Brasil e a Economia Global" pág. 170.

Coefficientes de exportação e importação correspondem , respectivamente, à razão % entre o valor das exportações e valor bruto da produção e valor das importações e valor bruto da produção.

No coeficiente importado, as importações dos setores tradicionais ganham espaço na oferta global e as importações de insumo básico superam em 1994 o nível de 1980. Nota-se um impressionante salto entre 1989 e 1994 nas importações de bens de consumo durável e de capital, elevando o coeficiente importado a 31,9%.

O salto ocorrido nesses setores, mesmo quando se espera que o processo de abertura aumente as importações, foi surpreendente. Muitos especialistas salientaram que isso refletiu uma situação conjuntural muito particular, posterior a implementação do Real,

onde foi combinado uma forte apreciação cambial juntamente com uma ampliação acelerada na abertura a importações e acentuado aquecimento da demanda .

#### *Comércio Intra-industrial*

A melhor maneira de medir globalização produtiva - que é entendida como : a participação de um país nas redes mundiais de cadeia de produção de bens e a capacidade que um país tem de acessar e absorver o "estado da arte" mundial em termos de tecnologias de organização e de produção.

O comércio intra-industrial é aquele que se dá no interior de um mesmo subsetor da indústria.

Elevado comércio intra-industrial implica que a maioria dos segmentos da indústria sejam simultaneamente exportadores e importadores, em volumes semelhantes..

Entre 1980 e 1993 elevou-se sensivelmente o comércio intra-industrial, nos segmentos das indústrias tradicionais, houve alguma intensificação nos segmentos mecânicos e eletrônicos, e praticamente nenhuma alteração nos segmentos produtores de insumos básicos.

Conclui-se então que existiu uma forte elevação nos coeficientes de exportação e de importação acompanhado por uma elevação no comércio intra-industrial. Confirmando o fortalecimento da indústria brasileira e alterando sua forma de inserção internacional.

#### *Presença de capitais estrangeiros*

A dimensão da internacionalização e da globalização da indústria brasileira pode ser medida também através da presença do capitais estrangeiros.

No Brasil, encontram-se produzindo , em cada um dos segmentos mais dinâmicos em termos de comércio e de progresso técnico, pelo menos uma e quase sempre várias das empresas gigantes transacionais. E já demonstraram que não estão dispostas a parar de

produzir, pois aqui elas têm altos sunk-cost(custos enraizados) e vislumbram um mercado cujo crescimento é amplo.

Em 1990, a participação de capitais estrangeiros nas vendas internas e exportações industriais alcançava 33 e 44% respectivamente.

Através de observações pela fonte do IBGE e CEPAL, pode ser observado que o capital estrangeiro aumentou sua participação tanto no produto quanto nas exportações totais.

#### **4.5) Impactos observados nos primeiros anos de abertura**

##### *Abertura e produtividade*

Nesse período inicial, houve forte elevação da produtividade , motivada por uma generalizada racionalização produtiva. Esta foi feita por desverticalização por subcontratação local e por importações, atualização de modelos, uso mais eficiente dos insumos, redução do valor médio dos estoques, controle mais rigoroso de qualidade, entre outros.

Três fatores determinaram a decisão empresarial de realizar uma racionalização . Em 1990, a indústria brasileira passava por uma crise muito grande, setores tiveram prejuízos e a abertura econômica estava de fato acontecendo, logo os empresários e executivos de grandes empresas nacionais e estrangeiras sentiram que era o momento de introduzir ajustes produtivos básicos, com uma velocidade impressionante foi feita a racionalização.

Alguns anos depois da abertura a produtividade do trabalho na indústria cresceu quase 40%, depois de uma década de estagnação. Os segmentos produtores de insumo básico e de bens de capital e de consumo duráveis( mecânica /eletrônica) tiveram elevações espetaculares de 58 e 51% respectivamente. Alimentos e outros setores tradicionais também alcançaram substanciais elevações de 36 e 30%, respectivamente.

### *Abertura e balanço de pagamentos*

No início dos anos 80, estourou a crise da dívida no Brasil, porém a solução em termos de equilíbrio da balança de pagamentos já estava amadurecendo. Estavam por emergir os frutos em divisas dos investimentos realizados no âmbito do II PND.

Em 1985, a indústria brasileira já se encontrava compensando, com um enorme saldo positivo, o déficit na balança de serviços financeiros.

Até 1993, a indústria gerava divisas que cobriam a quase totalidade do saldo negativo nos serviços financeiros e dos serviços reais (frete, turismo, etc.). Em 1992, o déficit de serviços foi praticamente equivalente ao superávit do comércio de bens industriais.

O saldo na balança comercial teve um desempenho positivo em praticamente todos os grandes blocos de segmentos industriais. Em 1993, o saldo vai diminuindo e em 1994 ele cai pela metade, se tornando negativo na Segunda metade de 1994.

A partir disso pode-se pensar que passada a fase necessária para o amadurecimento da abertura e para a consolidação dos canais de importações o saldo estrutural estaria se acabando, só que qualquer conclusão a respeito disso terá que enfrentar dois problemas básicos: uma grande incerteza, no Brasil, em relação daquela época, em o que poderia vir a ser a taxa de câmbio de equilíbrio e, segundo, os déficits registrados, nos últimos meses daquela época ocorreram em circunstâncias especiais.

#### **4.6) Indústria após Abertura Comercial e Política Industrial**

Como já foi descrito ao iniciar esta monografia, no início dos anos 80, o mundo passava por uma forte recessão, uma piora nos termos de trocas e pelo segundo choque do petróleo. A partir de 1982, os países em desenvolvimento tiveram os empréstimos bastante

diminuído e até cessados por causa da elevação dos juros externos e os investimentos diretos estrangeiros estavam sendo direcionados para os próprios países industrializados.

Diante desse quadro externo o Brasil foi forçado a reduzir o nível de importações e tentar fazer um grande ajuste de suas exportações . Somente na década de 90, conforme vimos também, se tornou possível o início de uma abertura comercial o que contribuiu então para que a liberalização fosse possível foi a queda dos encargos da dívida externa e a retomada do fluxo de capital estrangeiro para o país. Essa década também se caracterizou por grandes saltos de produtividade .

Antes da abertura, a política industrial que vigorou no Brasil foi a de substituição de importação para defender a indústria nascente. A política aduaneira limitava a importação de produtos que não eram básicos e também estimulava a exportação.

O governo que entrou em 1990, tentou implementar uma nova política industrial e uma nova política para o comércio exterior baseada para o aumento de uma produção eficiente e na comercialização de bens e serviços, para tal deveria ser feita uma modernização e reestruturação da indústria.

Os principais instrumentos da política industrial seriam : Programa Brasileiro de Produtividade e Qualidade e Programa de Competitividade Industrial e a reforma da política de importações.

A política industrial tornou maior a seleção em termos da política de financiamento que era patrocinada pelo Estado; deu prioridade as linhas de crédito que tinham como objetivo à reestruturação produtiva, ao desenvolvimento da tecnologia e da ciência. Era necessário que o Brasil se adequasse as transformações estruturais que estavam ocorrendo a nível mundial: o avanço da informática, dos computadores, de novas técnicas de produção.

A política industrial do Governo Collor tinha como princípio um novo estilo de intervenção pública diferente. Em 1993, a revisão da política de importações foi concluída com sucesso, no entanto a política industrial privilegiou dois instrumentos , apenas , de intervenção: a política comercial e as câmaras setoriais.

O problema da falta de competitividade da indústria brasileira nos meados da década de 90 , diante do mundo, não pode ser atribuído a falta de abertura externa e sim a falta de investimentos, ligadas a s razões macroeconômicas.

#### **4.7)Impacto sobre o Setor Manufatureiro<sup>8</sup>**

Vamos avaliar em que medida a abertura alterou a alocação de recursos no setor manufatureiro, qual foi a direção destas mudanças- intensidade de fatores, escala, externalidades- em que medidas elas levaram a um aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis e qual a implicação m termos de bem estar e de crescimento.

Para analisar o impacto sobre a alocação de recursos na indústria foi feito o cálculo dos índices de penetração das importações e de participações na produção. Esses coeficientes são calculados medindo suas participações sobre a produção total. Conforme se pode observar, ocorreu um aumento dos coeficientes de importação- tabelas 4.1 e 4.2- . Para o total da indústria foram atingidos níveis similares àqueles que existiam em 1968/1967, no período pré Plano de Metas. Pode-se destacar os setores de máquinas, aparelhos eletrônicos.

O aumento do coeficiente importado foi acompanhado por uma elevação também quase generalizado do coeficiente de exportação, só que em um ritmo bem mais lento. Para o total da indústria, o nível alcançado em 1995 não tem precedentes na história da

---

<sup>8</sup> Com base no texto de discussão 49 do BNDES(1996).

industrialização brasileira . Pode-se destacar os seguintes setores, que tinham participação expressiva na pauta de exportações: indústria da madeira, calçados e conservas de frutas.

Conforme o diferencial de crescimento entre os coeficientes de exportação e importação fazia com que o segundo se aproximasse e superasse o primeiro, o comércio intra-industrial tornava-se cada vez mais equilibrado.

Em relação ao total da indústria de transformação, o que se nota é que mesmo com a desaceleração do crescimento do PIB quanto a indústria de transformação em 1996, o índice de penetração das importações continuou subindo, chegando a 15,6%. Isso indica que o movimento de reestruturação e especialização da indústria continuou em curso, sofrendo , ainda, a falta de competitividade com relação aos produtos estrangeiros.

As exportações em 1996 mantiveram a tendência de crescimento, com uma elevação do coeficiente exportado de 3,6% em relação a 1995. Mesmo com o crescimento desse coeficiente, o desempenho das exportações continuou bem abaixo as importações ,o coeficiente de penetração das importações sendo cerca de 89% superior ao do coeficiente exportado.

Ao observar as tabelas 4.3 e 4.4, se pode avaliar o comportamento dos coeficientes pela ótica das categorias de uso , fica claro que todas aumentaram substancialmente no coeficiente importado. O destaque fica para o setor de bens de capital. Todas as categorias apresentaram elevação no coeficiente exportado, excluindo dessa conclusão os bens de consumo duráveis.

O padrão de comércio se movimentou para um comércio mais equilibrado e de um aumento do comércio intra-industrial. Com exceção do setor de bens de capitais que apresentou uma redução do seu nível de comércio intra-industrial, o que refletiu um alto déficit comercial *vis à vis* a corrente de comércio(56% do total de comércio em 1995) .

**Coefficiente de Penetração: Importação/ Produção**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
bens de consumo não duráveis	2,8	3,4	4,5	2,8	3,9	4,9	7,3	7,1
bens de consumo duráveis	7,2	8,9	12,3	8,4	11,2	11,1	14,8	16,5
Bens intermediários elaborados	4,5	5,7	7,4	6,1	8,7	10,2	13,8	14,8
bens intermediários	1,4	2,6	3,2	2,1	2,7	3,3	5,9	6,2
bens de capital	11,1	19,8	33,3	21,6	25,9	32,8	47,7	61,5
bens de capital, equipam.	1,9	3	5,6	4,9	7,5	11,1	17,2	15,5

**Coefficiente de abertura**

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996
bens de consumo não duráveis	9,8	8,7	9,8	8,8	10,4	9,9	10,7	10,6
bens de consumo duráveis	12,4	12,7	16,6	14,7	14,8	12	10,5	12,1
Bens intermediários elaborados	11,7	12,6	15,9	14,3	16,4	16,5	17,5	18,2
bens intermediários	6,5	10,2	12,3	11,7	14,2	15,5	16,9	15,2
bens de capital	7,2	7,9	14,7	11,3	12,4	13,9	13,5	16,5
bens de capital, equipam.	10,2	10,8	15,7	14,2	12,9	13,2	11,5	13

**Tabelas 4.3 e 4.4**

Fonte: BNDES/1996

Em %

<b>Setor Matriz</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>
Material eletrônico	11,2	20,4	33,9	27,8	44,3	62,1	77,6
Máquinas, equipamentos	13,6	23,7	38,6	27,1	35,1	46,8	68,2
Aduos, fertilizante	8,5	14,9	21,1	19,3	25,2	27,4	33,2
Motores e peças	5	8	14	10,6	14	17,4	20,7
Indústria da borracha	4,5	5,1	6,2	5,2	6,7	11,3	18,8
Equipamentos de som	4,7	6,3	9,7	6	7,6	9,5	14
Equip.p/prod. De Energia	7,9	9,5	15,8	10,4	13,8	11,6	15,9
Produtos químicos	5,6	5,1	4,8	5,8	8,2	10,7	13,5
Petroquímica básica	3,8	4,5	8,3	4,3	6,2	9,7	12,3
Indústria farmacêutica	6,9	9,7	12,7	7,3	7,8	10,3	10,6
Papel, papelão	1,3	3	4,2	2,8	3,9	4,9	9,2
conserva de frutas e legumes	1,5	2,3	2,5	2,4	3,8	4,6	7,2
artigos de material plástico	0,5	1,2	1,8	1,5	2,1	3,2	5,8
Indústria de bebidas	3,3	4,5	5,3	3,7	3,3	3,2	5,1
Siderurgia	1,6	1,6	2,2	2,7	2,8	3,1	4,4
Calçados	0,3	0,5	1,3	0,4	0,8	1,7	4,3
celulose e pasta mecânica	2,8	3,2	3,1	2	3,5	2,5	4,2
indústria de madeira	0,8	2,3	2,3	1,7	1,9	1,9	3
Indústria de fumo	0,1	0,1	1,8	0,9	0,8	1	1,4
Estrutura de concreto e cimento	0,1	0,1	0,3	0,4	0,5	0,6	0,9
TOTAL	4,4	6	8,1	6,1	8,3	10,2	14,6

**TABELA 4.1**

Fonte: BNDES/1996

<b>Coeficiente de penetração das exportações:</b> <b>Exportações/Produções 1989/1996</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>
Setor							
Matriz							
Material eletrônico	3,7	4,9	9,8	7	5,1	5,3	4,9
Máquinas, equipamentos	7,5	8,4	14,9	11,5	15,5	16,8	16,2
Aubos, fertilizante	1	1,8	2,8	1,7	2,5	1,7	3,4
Motores e peças	13,8	18,7	32,1	20,9	22,4	22,7	22,2
Indústria da borracha	6,4	7,4	10,6	11,8	14,5	17	17,7
Equipamentos de som	9,1	9,3	12,7	10,9	8,9	6,9	6
Equip.p/prod. De Energia	6	6,5	14,7	10,8	14,7	15,6	15
Produtos químicos	3,9	3,5	3,9	4,5	6,4	7,5	8,8
Petroquímica básica	8,1	8,2	10,3	6,4	6,6	7,3	8,8
Indústria farmacêutica	1,7	1,8	2,5	1,9	2	2	2,1
Papel, papelão	3,1	8,4	10,1	10,7	11,3	12,5	11,9
conserva de frutas e legumes	32,1	43,8	35,8	36	33,3	31,2	32,2
artigos de material plástico	0,7	0,9	1,3	1,7	2,4	2,7	2,2
Indústria de bebidas	0,8	1,4	1,9	1,6	2,1	2,3	1,7
Siderurgia	16,5	17,7	24,8	28,9	30,4	26,9	26,5
Calçados	24,2	24,7	42,3	31,2	37,2	32,5	31,2
celulose e pasta mecânica	29,4	33,1	34,4	31,2	40,6	29	38,1
indústria de madeira	11	23,9	35,4	28,2	33,5	39,3	40,4
Indústria de fumo	1,9	2,2	5,1	5,8	7,8	14,5	16,2
Estrutura de concreto e cimento	0,5	0,7	0,7	0,7	1	0,8	1,1
<b>TOTAL</b>	<b>10,1</b>	<b>10,7</b>	<b>13,8</b>	<b>12,2</b>	<b>13,6</b>	<b>13,7</b>	<b>14</b>

**Tabela 4.2**

Fonte: BNDES/1996

## **5) Abertura Comercial no Plano Real**

### **5.1) O Real Plano**

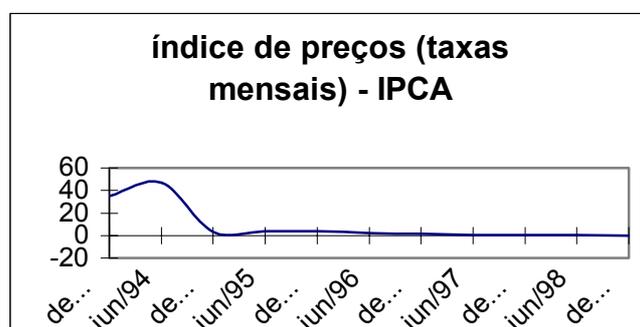
Depois de várias tentativas frustradas de controlar a inflação ao longo da década de oitenta e início da década de noventa, a economia brasileira conseguiu finalmente, depois da implantação do Plano Real, reduzir a taxa de inflação a níveis de um dígito. Neste processo foi fundamental a utilização de uma âncora cambial, a implementação de uma política de abertura comercial que esteve associada a criação de uma área de livre comércio(MERCOSUL).

Entre os sucessos o mais destacado foi a diminuição da inflação. Entre os fracassos, o crescimento do desemprego, o aumento da vulnerabilidade da economia do país às crises e choques internacionais, a incapacidade de promover crescimento econômico do país e a deterioração das finanças públicas do país.

Ao adotar a taxa de câmbio como âncora dos preços internos, o Plano Real viabilizou uma rápida queda da inflação e ao persistir em uma política de câmbio sobrevalorizado ao longo de quatro anos e meio, o Real produziu grandes déficits em conta corrente, que só puderam ser financiados com a manutenção de taxas de juros reais muito elevadas.

As principais medidas do Plano foram a valorização nominal do real frente ao dólar juntamente com a redução drástica e unilateral de barreiras tarifárias e não tarifárias às importações, tendo assim alto impacto na inflação.

Então o Plano Real adotou taxa de câmbio como âncora dos preços internos, liberalizou o setor comercial e financeiro- com redução de tarifas de importação e desregulamentação da conta de capitais- , usou um amplo programa de privatizações com a finalidade de atrair investimentos estrangeiros. Outro ponto importante foi a desindexação da economia. Essas medidas produziram uma queda rápida das taxas de inflação, porém nos primeiros meses depois da entrada em circulação do real, existiu um resíduo inflacionário. O gráfico abaixo mostra que o IPCA convergiu em prazos relativamente curtos para níveis muito inferiores aos anteriormente registrados.



Fonte: Boletim do Banco Central e Revista Conjuntura econômica

## 5.2) Desindexação

A introdução da URV marcou o lançamento do Plano Real, como elemento de transição entre a velha e a nova moeda. A URV deveria possibilitar a conversão dos contratos e um realinhamento de preços relativo e dos salários, durante alguns meses para preparar a entrada da circulação do Real, a partir disso o processo de desindexação se daria de uma maneira menos traumática, após tantos anos de inflação muito elevada e indexação generalizada.

Esse elemento heterodoxo da política de estabilização adotada foi decisivo para atacar os aspectos inerciais de uma inflação que atingira quase 50% no mês que antecedeu o início da circulação da nova moeda.

No entanto, a eficácia prática da URV como instrumento para realinhamento dos preços relativos antes da entrada em circulação do Real parece ter sido menos evidente do que a teoria embasava.

Entre março e junho de 94 não aconteceu a esperada convergência dos reajustes de preços seguindo a variação da URV em setores fundamentais da economia, tanto na produção de bens quanto de serviços. Os preços continuaram variando sem orientar-se pelo padrão da URV e existiu até uma significativa inflação em URV, que depois se reverteria em vários setores com a efetivação da substituição da antiga moeda e da própria URV pelo real. Porém nos dois setores que foi introduzida compulsoriamente, serviços públicos federais e os salários, ela foi bem sucedida. No caso dos salários, a partir do instante em que passaram a repor as perdas da inflação de acordo com a variação da URV não houve significativa pressão por aumento, mesmo tendo sido convertidos pela média.

A URV mesmo não tendo cumprido totalmente o papel de sincronizar os reajustes de preços, possibilitou uma importante preparação para a desindexação na fase seguinte do plano de estabilização.

### **5.3) Política Cambial**

A política cambial adotada a partir de julho de 1994, foi a de livre flutuação da taxa de câmbio, essa política permitiu que houvesse uma valorização nominal do real frente ao dólar. Neste período, por causa do superávit comercial mantido no início do plano real e da grande entrada de capital estrangeiro de curto prazo, a âncora cambial foi muito forte, a taxa de câmbio valorizou-se repetidamente, chegando a ser cotada a 0,827 R\$/US\$ em

meados de outubro. No período entre julho e outubro a taxa de câmbio valorizou-se em 17,30%.

Em outubro uma nova fase da política cambial entra em vigor, o governo passou a ter como meta principal a sustentação a taxa de câmbio nominal, para tentar impedir o processo de sobrevalorização da taxa de câmbio real. O Banco Central estabeleceu um sistema de banda para o câmbio nominal, "O Banco Central se obrigava a intervir caso o real tendesse a se desvalorizar em relação ao dólar além da paridade de 1:1, mas deixava o mercado livre caso houvesse uma tendência de apreciação do real em relação ao dólar". Para estimular a demanda por dólares e desestimular a oferta, foi reduzido o prazo de fechamento dos Adiantamentos de Contratos de Câmbio(ACCs), redução de tarifas, relaxamento das restrições sobre pagamentos ao exterior.

Então, não somente a taxa de câmbio mas um grande conjunto de medidas políticas econômicas relativas ao setor externo da economia permitiram ao plano real um processo rápido de queda da inflação que teve impactos expansionista.

Com a crise mexicana no final de 1994, a política cambial passou a Ter uma nova configuração. Foi estabelecida uma interação entre a política monetária , a fiscal e a cambial que condicionou o desenvolvimento da economia brasileira até a desvalorização de 1999. Em março de 1995, o fluxo de capitais para América latina foi reduzido, com o déficit na balança comercial crescendo, a política cambial foi mudada novamente, foi estabelecidas mini- bandas cambiais( variações entre 0,88 R\$/US\$ a 1,93R\$/US\$). Na prática iniciou-se um processo lento de desvalorização da taxa de câmbio nominal.

Passada a crise do México foi feita uma tentativa de recuperação gradual do atraso cambial gerado entre junho de 1994 e março de 1995, sem uma turbulência internacional, uma desvalorização nominal gradual maior que o aumento dos preços domésticos poderia

---

<sup>9</sup> BACHA,1996,p2.

permitir a correção do atraso cambial em alguns anos, o governo então todo ano até o final de 1998, passou a corrigir o câmbio nominal. Essa correção gradual foi feita para não ter ameaça da volta da indexação e da inflação nos preços e salários, caso corrigisse o câmbio de uma forma mais bruta.

Com a Crise Asiática (1997) e Russa(1998) a proteção do governo ao câmbio foi feita via aumento das taxas de juros o que impactou o setor fiscal, pois elevou o pagamento de juros.

Em 1999, depois de uma grande perda de reservas, o governo permitiu a livre flutuação do câmbio. A livre flutuação do real levou a um *overshooting* da taxa de câmbio que chegou a um valor máximo de 2,25 R\$/US\$, retornando posteriormente a uma variação de 1,70R\$/US\$, no final de 1999.Com esse valor considerado a livre flutuação representou uma desvalorização nominal de 40%. O objetivo desta política deixou de ser a estabilização das condições econômicas internas para a atração de capitais internacionais de curto e longo prazo, capazes de financiar o crescente desequilíbrio em conta corrente.

#### **5.4) Câmbio Real e Balanço de Pagamentos**

A política cambial adotada no início do plano de estabilização levou a uma valorização do câmbio nominal que combinada ao resíduo inflacionário produziu uma valorização real da taxa de câmbio de 19%, posteriormente aconteceu uma lenta desvalorização do câmbio real<sup>10</sup>.

O efeito desta valorização real e da abertura comercial foi um desequilíbrio na balança comercial e no balanço de pagamentos em transações correntes. O saldo da balança comercial passou de um superávit de US\$10,5 bi para um déficit de US\$3,4 bi entre 1994 e 1995. Como o crescimento da exportações ficou bem a abaixo do

crescimento das importações, o déficit comercial cresceu em 1997 e sua redução, em 1998, está ligada às importações que caíram 6,22%, em função do baixo crescimento do PIB que foi de 0,2% para o ano, sendo a redução do déficit para US\$6,4 bi. O balanço de serviços também foi afetado pela sobrevalorização cambial. Através da tabela abaixo, percebe-se um saldo negativo na conta serviço (excluindo os juros) que aumentou. Uma grande parte desse aumento está ligado ao aumento dos gastos em viagens internacionais e transportes que foram resultado da valorização cambial.

Tabela 5.1

Discriminação	Balanço de Pagamentos em transações correntes						
	US\$ milhões						
	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Balança comercial	13.307	10.466	-3.352	-5.554	-8.357	-6.409	-616
Exportações	38.563	43.545	46.506	47.747	52.990	51.120	22.446
Importações	25.256	33.079	49.858	53.301	61.347	57.529	23.062
Serviços (líquidos)	-15.585	-14.743	-18.594	-20.483	-27.288	-30.351	-12.765
Juros	-8280	-6.338	-8.158	-9.173	-10.390	-11.984	-7.755
Outros	-7.305	-8.405	-10.436	-11.310	-16.899	-18.403	-5.010
Transf. Unilaterais	1686	2.588	3.974	2.900	2.216	1.778	1.091
Transf. Correntes	-592	1.689	-17.972	-23.136	-33.430	-34.982	-12.289
Em % do PIB	-0,14	-0,30	-3,20	-3,25	-4,16	-4,48	-4,45

Fonte: Banco Central do Brasil

O resultado final foi de um aumento superior a US\$ 33 bilhões no déficit em transações correntes entre 1994 e 1998, chegando a atingir 4,48% do PIB de 1998.

A livre flutuação cambial resultou em um impacto inflacionário bem menor do que a desvalorização do câmbio nominal, isso foi possível devido a um maior grau de abertura, a não reativação dos mecanismos de indexação salarial. Com isso aconteceu uma alta

<sup>10</sup> "Considerando o índice de preços ao consumidor a sobrevalorização real continuou crescendo até julho de 1996, quando atingiu 22,5%." André Azevedo, TD 11/99 FGV.

desvalorização da taxa real do câmbio. Entretanto, isso não foi capaz de reverter o déficit comercial.

Ao analisar o fluxo crescente de investimentos direto estrangeiro, tabela 5.2, conclui-se que esses investimentos atenuaram o problema do desequilíbrio externo, possibilitando o financiamento de uma parte das transações correntes, o que diminuiu a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

Tabela 5.2  
Investimentos Diretos Líquidos

período	Privatização	Ingressos demais	Total	Saídas	Líquido
1994	-	2.589	2.589	618	1.971
1995	-	5.475	5.475	384	5.091
1996	2.645	7.851	10.496	520	9.976
1997	5.249	13.496	18.745	1.660	17.085
1998	6.121	22.621	28.742	2.609	26.133
1998 jan-jun	1.997	7.440	9.437	1.076	8.362
1999 jan-jun	5.018	8.975	13.990	936	13.054

Fonte : Banco Central do Brasil

No primeiro semestre de 1999, ao fazer a comparação das tabelas , nota-se que os investimentos diretos ultrapassaram o déficit em transações correntes(US\$ 13.054 bi e US\$12,3 bi , respectivamente).

É importante para o Brasil, um país em desenvolvimento, ter uma utilização de poupança externa para alavancar o processo de crescimento econômico, logo deve ser aceito um certo déficit em transações correntes, a questão importante é manter um déficit em transações correntes que seja financiado a longo prazo, ao analisar a trajetória do déficit em transações correntes e dos investimentos diretos é claro que não dá sustentabilidade, por isso durante o período de 1994 a 1998, o governo se viu forçado a manter elevadas taxas de juros internas como forma de atração de capitais de curto prazo e de equilíbrio da balança de pagamentos.

### 5.5) Política de Importação

Logo depois da introdução do Plano Real, abertura comercial foi intensificada por causa de três fatores simultâneos: a necessidade que existia para impor uma disciplina maior nos preços domésticos dos produtos importáveis, através do aumento da competição externa que ocasionou a uma diminuição das tarifas; a falta de proteção cambial provocada pela valorização do real frente ao dólar e as quedas das nas alíquotas dos impostos de importação decorrente da implementação da tarifa externa comum do Mercosul.

Segundo Honório Kume<sup>11</sup> as principais modificações na política de importação foram:

- a) "diminuição das alíquotas do imposto de importação para 0 ou 2%, nos casos de insumos e bens de consumo , sobretudo, com peso significativo nos índices de preços , como mecanismo auxiliar no combate à inflação. Esta medida representava punição aos aumentos de preços considerados inadequados"
- b) " antecipação para setembro de 1994 da tarifa externa comum do Mercosul que vigoraria a partir de janeiro de 1995, mantendo a menor alíquota."

Nesse período, pós implantação do real a política cambial e tarifária oscilou bastante. Com a crise mexicana e déficits contínuos na balança comercial, política econômica teve de ser alterada, adotou-se uma política monetária restritiva que teve reflexos na política de importações, elevou-se as tarifas de importações de alguns produtos, incluindo produtos na lista de exceção à TEC ou colocando restrições não tarifárias . Aumentando, assim, a alíquota de importação de uma série de produtos de consumo duráveis.

---

<sup>11</sup> (IPEA. maio de 1996)

Em 1996, algumas medidas liberalizantes foram adotadas e foi feito um cronograma de redução das tarifas.

Em 1998, com a moratória russa, a dificuldade de financiamento externo aumentou, o real foi desvalorizado. Durante os primeiros meses de 1999, não foi feita nenhuma medida em relação as importações, o que confirmava a interrupção da liberalização comercial entre 1995 e 1998.

É importante lembrar que o desenvolver da política tarifária foi muito influenciado com a preocupação com a estabilização do nível de preços internos e acesso a produtos com preços próximos dos níveis internacionais para contribuir para melhora da eficiência do processo produtivo, com isso da melhora da competitividade da produção nacional e como conseqüência a sustentabilidade da própria estabilização. Observa-se uma forte queda da inflação, com o Plano Real, após uma inflação que chegou aos 46% ao mês.

## **6) Impacto da Abertura sobre os Preços**

### **6.1) Motivos para o impacto positivo da Abertura sobre os preços**

Pode existir um impacto positivo da liberalização comercial em relação ao comportamento dos preços. A possibilidade de importar matérias-primas e bens intermediários a custos menores do que antes da liberalização comercial tendem a ter influência na diminuição dos preços relativos, já que teoricamente os setores ou gêneros que aumentassem relativamente essas importações reduziriam seus custos relativos podendo reduzir seus preços e/ou aumentar suas margens de lucro.

Com essa possibilidade do acesso a matérias-primas e bens intermediários com menores custos e maior qualidade, os produtores domésticos ganham produtividade em relação aos seus concorrentes internacionais. É possível ainda, que as indústrias que estão expostas à concorrência dos produtos importados, busquem reduzir custos e aumentar a sua competitividade para não perder o mercado doméstico.

Batista e Moreira <sup>12</sup> concluem que o impacto positivo da liberalização comercial se torna claro mediante comparação entre o comportamento dos preços de oligopólios domésticos produtores de bens comercializáveis com aqueles produtores de bens de difícil

---

<sup>12</sup> BATISTA, Jorge e Moreira, Maurício" Oligopólios: Em Defesa da Razão", Folha de São Paulo, 31/3/94

comercialização. Os dois grupos teriam apresentado recuperação após liberalização dos preços, mas o grupo de bens comercializáveis teria acabado por convergir para um comportamento mais semelhante ao de setores competitivos, com tendência a queda de preços relativos. Já o segundo grupo, de acordo, com os autores, com um perfil menos vulnerável à competição das importações, elevou seus preços reais para patamares superiores aos da alta inflação de janeiro de 1990.

## **6.2) Impacto sobre o Nível de preços dos setores Tradables e Non- Tradables**

A estratégia de industrialização adotada, no passado, - industrialização por substituição de importações, conseguiu desenvolver um número expressivo de setores de acordo com os recursos que existiam no país, porém foi criada estrutura de mercado ineficientes que era sustentada por causa da proteção elevada. Muitos setores como bens de capitais e de consumo duráveis se desenvolveram com um número muito grande de produtores e linhas de produtos muito diversificada, fazendo com que as firmas não se beneficiassem dos ganhos de escalas e especialização.

A proteção excessiva permitiu lucros abusivos e desestimulou investimentos em tecnologia que pudessem gerar reduções de custos e ganhos de produtividade.

Com a abertura comercial, ocorreu uma especialização principalmente nos setores intensivos em economias de escala , como por exemplo, bens de capitais e bens de consumo duráveis. Um acesso maior a bens de capitais e a insumos com tecnologia mais avançadas e a preços mais baixos, leva a economia a nível maior de competitividade. A apreciação do câmbio real , em 1992, também reforçou esse movimento.

Ao analisar o comportamento dos preços de diversos setores durante os anos 90, conclui-se que, de acordo com Maurício Moreira em seu texto para discussão do BNDES/2000, a abertura comercial teve uma influência significativa para um menor *mark-*

*up* de preços. A explicação para essa redução, foi a competitividade maior dos produtos finais, por causa da facilidade de importar.

A partir da tabela abaixo podemos observar a variação percentual do *mark-up*, de acordo com as categorias de uso, assim com a variação dos preços e custos.

### **Variação do *Mark-up* por Categoria de uso 1990/1995**

Categorias de Uso	Var. Mark-up	Var.(Preço/IGP)	Var.( custo/IGP)
Bens de consumo Não Duráveis	-12,1	-20,3	-11,6
Bens de consumo Duráveis	-32,0	-52,2	-29,7
Bens intermediários	-17,5	-33,9	-19,7
Bens intermediários Não elaborados	-18,5	-25,4	-8,8
Bens de Capital	-42,0	-52,4	-19,7
Bens de Capital- Equip, de transporte	-40,6	56,8	-27,4

Fonte: Texto de discussão, BNDES , MOREIRA, Maurício,06/2000

Existiu , então redução de margens para a maioria delas, refletindo reduções de preços e custos. As maiores reduções ficaram por conta do setor de bens de capitais, o que tem uma importância no sentido de diminuir o custo de investimento para o país.

A redução da margem, além dos ganhos de eficiência, pode revelar uma queda grande da rentabilidade dos setores tradables, cujo impactos micro e macroeconômicos, não são desejáveis.

De acordo com o Maurício Moreira em seu texto do BNDES, pode-se mostrar a influência que a maior facilidade dos consumidores de importar exerceu sobre os preços cobrados pelos produtores nacionais, porém esse conjunto de resultados sugira uma forte correlação entre abertura e comportamento dos *mark-up* setoriais, Maurício Moreira afirma, em seu Texto de Discussão do BNDES 06/2000 que " qualquer afirmação mais categórica exigiria um estudo econométrico mais detalhado, capaz de isolar o impacto da mudança de regime das outras variáveis que normalmente afetam a margem de lucros das firmas, particularmente o nível de atividade".

Pode-se notar que existe uma relação entre queda de preços e aumento das importações, aumento do nível de abertura comercial desse setor.

Se o setor é mais aberto, maior é a concorrência internacional, logo menor é a margem para o aumento de preços. A empresa vai perder mercado, se aumentar seu preço em momento que os consumidores tem acesso fácil a produtos importados com preços menores ou maior qualidade. Em um ambiente de globalização comercial, o aumento de preços não é uma política racional.

Podemos confirmar a afirmação com a tabela a seguir , onde são mostrados a variação de preços médio/ preço médio total e o coeficiente importado, em pontos percentuais , para 20 setores que mais aumentaram seu comércio entre 1990 e 1995

**Variação percentual de Coeficiente Importado e Preço Médio**

<b>SETORES</b>	<b>Importação</b>	<b>Preços</b>
Máq. Equip.e instal-peças e acess.	32,40	-0,19
Aparelhos eletrônicos	31,90	-0,80
Resinas Fibras	21,00	0,09
Adubos e fertilizantes	20,40	-0,43
Fiação de fibras artificiais	18,30	0,00
Indústria da Borracha	15,50	0,48
Automóveis ,utilitários, ônibus	15,50	-0,38
Fiação e tecel. de fibras naturais	12,60	0,02
Motores e peças para veículos	11,8	-0,19
Vidros e artigos de vidros	9,8	-0,47
Metalurgia dos não ferrosos	9,6	-0,21
Elementos Químicos não petroq.	9,4	0,08
Produtos químicos diversos	8,9	0,00
Tratores e máquinas	8,8	-0,11
Condutores , materiais elétricos	8,5	-0,14
TV, rádio e Equip. de Som	7,7	-0,39
Eleto-doméstico	6,20	-0,13
Laminados plásticos	5,90	-0,20
Petroquímica básica e intermediária	5,8	-0,12
Equip.para produção e distribuição de energia elétrica	6,40	0,12

Foram analisados 20 setores, dentre esses apenas 5 apresentaram aumento de preços, 15 setores que apresentaram maior abertura das importações tiveram reduções de preços entre 1990 e 1995.

O aumento dos preços verificados nos setores non-tradables, setores cujas dificuldades de transporte e distribuição ou a existência de uma estrutura de produção concentrada internacionalmente impedem uma concorrência mais efetiva por parte das importações. Outro ponto também relevante para o aumento de margem desses setores foi conseguido por uma redução de custos maior do que a dos preços, ou seja, os ganhos de eficiência não foram repassados aos consumidores por questões ligadas, talvez, a uma estrutura de mercado local ainda concentrada( borracha, equipamentos para distribuição e distribuição de energia elétrica).

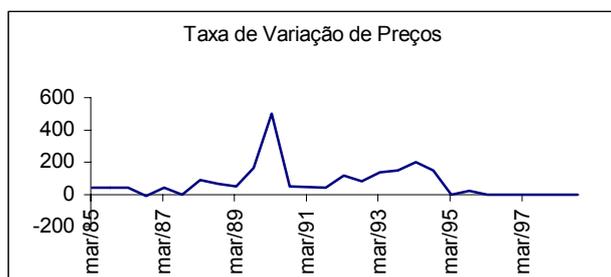
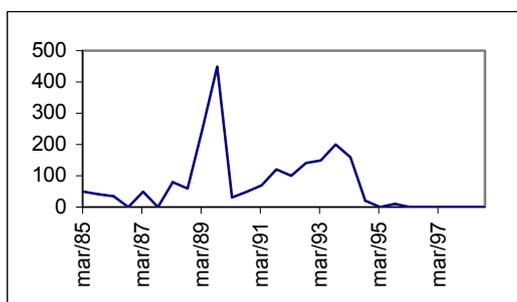
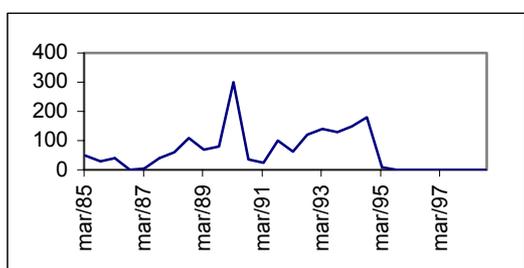
A comparação entre preços e coeficiente importado, mostra-se eficiente para explicar a queda do *mark-up* , verificada depois da abertura comercial.

Conclui-se também que tanto a queda dos preços como a queda dos custos( por causa do aumento de produtividade) influenciados pelo aumento da concorrência internacional, influenciaram na diminuição da margem cobrada após mudança na política comercial.

### **6.3) Análise Setorial**

Depois de instalado o Plano Real e tendo o grau de desindexação ficado muito reduzido, nota-se um aumento na diferença entre o comportamento dos preços e do câmbio. As duas taxas ficaram menores, como também ficaram menores suas oscilações. No entanto a trajetória dos preços ficou estabilizada e a taxa de câmbio nominal, em certos período, oscilou um pouco mais forte , por causa de crises externas. No final de 1994, a fim de evitar variações grandes e para diminuir os riscos de uma elevada mudança cambial, foi adotada o sistemas de bandas cambiais, facilitando a estabilidade do câmbio, vigorando esse sistema até 1999, quando o regime de câmbio flutuante passou a ser adotado.

Os preços setoriais tiveram comportamento diferente em relação á implementação e ao colapso do plano de estabilização, dependendo , se a atividade do setor era concentrada, controlada pelo governo ou competitiva. Os setores que sofreram maior intervenção do governo têm como hábito apresentar crescimento maior e mais rápido da evolução dos preços numa tentativa de recuperar perdas do período de controle , isto pode ser percebido nos gráficos abaixo. Onde, respectivamente, estão as taxas de variação de preços trimestrais do setor Vestuário, Siderurgia e Máquinas e tratores em %:



Os setores Vestuário, Siderurgia e Máquinas e tratores foram escolhidos por serem respectivamente indústrias com pouca, média ou muita concentração de mercado, respectivamente. Até o começo da década de 90 a siderurgia era constituída basicamente de estatais que foram privatizadas no governo Collor. Através dos gráficos percebe-se que quanto menos competição houve, mais os preços aumentaram. No setor vestuário, o que era menos concentrado e que sofria menos influência governamental, observa-se que a trajetória dos preços ocorreu de modo mais homogêneo, isto é, os preços se reduziram menos nos planos de estabilização, mas também cresceram menos no fim destes. O comportamento dos outros setores é mais irregular. No período de 1992 a junho de 1994, o governo interveio menos nos preços, logo as trajetórias setoriais se aproximaram, como reflexo da indexação na economia geral, atingindo uma variação trimestral em 200% antes do plano Real.

De acordo com Mariana Rodrigues<sup>13</sup>, o crescimento dos preços em todas as indústrias alcançou um patamar mais elevado no começo de 1990, antes do plano Collor 1, apresentando uma grande diferença entre os setores, sendo a taxa mínima no setor de calçados (277% no trimestre) e máxima em peças para veículos(546% no trimestre). Antes do plano Real, o setor que apresentou menor variação dos preços no trimestre anterior ao Real foi Tecidos e fios artificiais (163%), e o maior foi Produtos farmacêuticos(220%), sendo de 189% a variação dos preços da Indústria de Transformação Total neste trimestre.

As tabelas expostas a seguir podem verificar de uma outra maneira o comportamento heterogêneo das variações de preços setoriais, onde pode ser comparada a variação do preço com as desvalorizações cambiais ou com a variação de preços na indústria de Transformação Total. As duas tabelas consideram o primeiro semestre de 1994 como base. Os valores podem aumentar com o tempo devido a aumento nos preços

---

<sup>13</sup> Rodrigues, Mariana F., 4/05/2000 PUC.

setoriais ou à desvalorização cambial. Valores acima de 100 significam que os preços variaram mais que a desvalorização cambial.

No caso da comparação com desvalorizações cambiais, o setor com menor preço relativo era produtos farmacêuticos e o maior era calçados. Em 86, os setores mais controlados pelo governo( produtos farmacêuticos, laticínio, peças para veículos e minerais não metálicos) estão entre os com menor variação dos preços, porém os setores que sofriam menores intervenções governamentais( calçados e tecidos e fios artificiais) são os que apresentam menores variações nos preços. Antes do plano Real, por causa do pico das trajetórias dos preços , nota-se que os preços variaram mais que o câmbio para maioria dos setores. Depois do Real, as variações dos preços ficaram abaixo das cambiais, sinalizando uma mudança de comportamento do repasse das mudanças do câmbio sobre os preços das indústrias.

Pode-se notar nas duas tabelas abaixo, trocas de posições de alguns setores, setores que apresentavam menores preços relativos em 1990 são os que apresentam maiores preços relativos em 1998 - como é caso de madeira, vestuário, laticínios -

### Preços relativos dos Setores em Comparação ao Câmbio (1º Sem./94=100)

	1º sem./86	1º sem./90	1º sem.98
Vestuário	74.12	261.70	57.37
Material Elétrico	86.64	220.05	57.41
Equip. eletrônicos	66.42	177.45	57.52
Veículos automotores	44.48	133.24	63.02
Calçados	107.00	151.75	63.45
Papel	55.17	146.26	64.83
Elementos químicos	50.38	119.47	65.61
Tecidos e fios artificiais	95.47	173.17	66.03
Óleos vegetais	58.15	114.23	66.67
Tecidos e fios naturais	80.74	145.86	66.86
Matéria plástica	50.86	140.85	67.42
Borracha	49.41	74.64	68.05
Indústria de transf. total	50.01	135.43	68.20
Siderurgia	53.76	113.14	68.26
Peças para veículos	31.63	131.97	68.56

Metais não - ferrosos	79.82	164.37	68.90
Abate de animais	50.54	118.61	69.22
Máquinas e tratores	44.15	166.73	10.33
Minerais não - metálicos	35.49	117.72	76.62
Madeira	35.13	117.36	77.13
Laticínios	35.19	96.18	82.84
Produtos farmacêuticos	26.17	62.41	87.21

Fonte: Mariana Rodrigues, "Abertura Comercial e Preços Setoriais no Brasil" dissertação de mestrado, Departamento de Economia- PUC-RJ.

### Preços Relativos dos setores em Comparação ao IPA da Indústria de Transformação Total (1º sem./94=100)

	1º sem./86	1º sem./90	1º sem./93	1º sem./95	1º sem./98
Vestuário	148.18	203.92	131.01	104.57	84.12
Material Elétrico	173.32	167.11	115.36	96.70	84.18
Equip.eletrônicos	132.89	133.44	115.54	95.80	84.36
Veículos automotores	89.00	100.54	106.50	100.44	92.39
Calçados	214.00	114.50	98.30	110.22	93.04
Papel	110.34	109.81	113.65	120.34	95.11
Elementos químicos	100.75	90.90	100.32	96.15	96.20
Tecidos e fios artificiais	190.58	127.33	110.17	64.76	96.86
Óleos vegetais	116.30	85.55	107.46	94.67	97.78
Tecidos e fios naturais	160.87	111.66	99.92	105.43	98.04
Matéria plástica	101.76	106.75	102.74	108.33	98.85
Borracha	98.82	59.07	96.38	99.50	99.79
Indústria de transf. total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00
Siderurgia	107.52	84.90	98.53	100.63	100.10
Peças para veículos	63.26	100.65	94.59	100.24	100.52
Metais não - ferrosos	159.65	122.93	99.72	110.38	101.00
Abate de animais	101.12	90.87	84.33	98.39	101.46
Máquinas e tratores	88.29	124.96	106.63	105.04	103.12
Minerais não - metálicos	70.97	89.03	103.60	103.35	112.35
Madeira	70.22	89.45	90.08	120.25	113.07
Laticínios	70.39	74.33	96.64	107.77	121.44
Produtos farmacêuticos	52.34	46.07	80.94	91.87	127.85

Fonte: Mariana Rodrigues, "Abertura Comercial e Preços Setoriais no Brasil" dissertação de mestrado, Departamento de Economia- PUC-RJ.

Pode-se então perceber uma convergência na trajetória dos preços relativos, pois no início do período existia setores com aumento de aproximadamente metade da indústria de transformação total( produtos farmacêuticos)e outros com mais que o dobro(calçados). Em 1998, porém, o menor aumento foi de 16% menos que a variação da indústria (vestuário) e o maior de 28% acima( produtos farmacêuticos)

A troca de posições nas tabelas acima são explicadas basicamente, pelo fim do controle do governo sobre os preços de alguns setores, o que estimulou o aumento desses, como minerais não metálicos, laticínio e produtos farmacêuticos. Os setores como veículos, óleos vegetais sofriam também controle do governo, porém o fim deste controle não aumentou tanto os preços, porque o fim da intervenção coincidiu com o aumento da concorrência.

## **7) Conclusão**

A partir dos anos noventa, a economia brasileira passou por diversas transformações estruturais, passando de um modelo autárquico , com grande intervenção estatal , para uma economia aberta, possibilitando o enfrentamento da competição externa.

Muitas mudanças ocorreram no comércio, como a iniciação e a consolidação da zona de livre comércio com a Argentina, Paraguai e Uruguai.

A abertura comercial pode ser verificada pelo comportamento das tarifas, pelo comportamento das importações e pelo preço. Com relação as tarifas foi verificada uma forte diminuição, o que estimulou as importações. As importações cresceram , basicamente, pela contribuição das matéria primas e os bens de capitais.

Com a indústria brasileira sendo exposta a competição com produtos melhores e mais baratos, o setor industrial teve que ser reformulado , e de fato foi, sua produtividade

foi aumentada. As indústrias foram reestruturadas, tendo um amplo ajuste na redução dos custos e na busca de qualidade, com a finalidade de tornar as empresas mais competitivas

É sabido, que toda reforma tem custos e benefícios, custos que são sentidos a curto prazo, que podem ser caracterizados com aumento dos déficits e da dívida pública interna, déficit no balanço de pagamentos e em certo nível o desemprego. Os benefícios estão associados a redução da inflação e o aumento da produtividade econômica.

O plano Real também teve forte impacto no processo de estabilização do Brasil, pois ele contribuiu para o aumento das importações pelo fato de ter apreciado o câmbio e feito com que a demanda aumentasse, aumentando assim as importações.

Outro ponto importante do Real foi a estabilização das variações de preços que teve como base de seu sucesso o ambiente competitivo que a economia brasileira se encontrava. A própria base do plano Real estava no combate à inflação que era baseada na abertura econômica.

A margem dos preços foi diminuída, pelo aumento da competitividade e redução dos custos devido à maior facilidade de importar matéria-prima. Pode-se então concluir que existe uma relação entre a abertura e a queda da margem.

Muito da queda da margem pode ser explicada por uma redução dos custos, que tem também uma relação com a abertura comercial. A queda dos custos e dos preços influenciou a redução da margem, verificada na década de noventa.

A política cambial também foi importante nesse processo todo, pois permitia que o governo controlasse setores, podendo deixar cada setor com mais ou menos concorrência internacional.

Como já foi citado, para se ter certeza absoluta o quanto a abertura econômica influenciou e contribuiu, sendo responsável pelo sucesso de um programa de estabilização deve-se fazer um estudo muito mais detalhado. A abertura é um passo muito importante

para o desenvolvimento e para se chegar ao mundo moderno. Pelo o que se viveu até agora, com períodos de alta inflação , não tem como negar que a abertura trouxe muitos pontos positivos. A estabilização melhorou a imagem do Brasil no cenário internacional, trouxe investimentos externos que ao mesmo tempo que podem ser perigosos pois, trazem muita dependência ao capital estrangeiro também podem levar a uma maior eficiência das indústrias e de suas produtividade.

## **Bibliografias**

- Abreu, Marcelo de Paiva(1990)- "A Ordem do Progresso: Cem Anos de política Econômica Republicana-1889-1989". Editora Campus, 12<sup>a</sup> Tiragem.
- Bonelli, Regis(1996)- "Ensaio sobre política Econômica e Industrialização no Brasil". SENAI/DN
- Bausmann, Renato(1996) -"O Brasil e a Economia Global". Editora Campus.
- Dornbusch,R.Fisher,S.(1991)- "Macroeconomia". Editora Afiliada, 5<sup>a</sup> Edição.
- Rodrigues, M.F.(2000)"Abertura Comercial e Preços Setoriais no Brasil" Dissertação de mestrado, Departamento de Economia- PUC-RJ.
- Oliveira Jr, M. (2000),"A Liberalização Comercial Brasileira e os Coeficientes de Importação- 1990/1995" Texto para Discussão 703, IPEA.
- Moreira, M. M., Correa, P. G. (1996), "Abertura Comercial e Indústria: o que se Pode Esperar e o que se Vem Obtendo", Texto para Discussão 49, BNDES.
- Moreira, M. M. (2000), "A Indústria Brasileira nos Anos 90. O que se Pode Dizer Já", Texto para Discussão 59, BNDES.
- Azevedo, A., Portugal, M. (1999),"Abertura Comercial e Política Econômica No Plano Real 1994-1999", Texto para Discussão 11/99, FGV.
- Kume, H.(1996), "Política de Importação no Plano Real e a Estrutura de Proteção Efetiva", Texto para Discussão 423, IPEA.

- Hahn, L .(1991) "A Reforma Tarifária de 1990:Proteção Nominal e Efetiva e Impactos Fiscais", Texto para Discussão 60, FUNCEX.
- Coutinho,L., Ferraz, J.(1994) "Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira" Campinas, São Paulo.
- Pereira, T.(2000) "Desvalorização Cambial e seu Impacto sobre os Custos e Preços Industriais no Brasil" Texto para Discussão 711, IPEA.
- BNDES, Texto para Discussão 63.
- Franco, G.( 1996) "The Real Plan" Texto para Discussão 354, PUC.
- Abel, A., Bernanke, B.( 1995)"Macroeconomics".